

Boletim

Nº 2.062 - Ano 45 - 10 de junho de 2019

DE OBJETO A SUJEITO

Currículo e matrizes culturais, infância e cultura dos pataxós e o fazer epistemológico dos povos Xakriabá e Wai Wai são alguns temas de pesquisa dos sete indígenas que ingressaram, neste semestre, em programas de pós-graduação da UFMG.

Páginas 4,5 e 6

Indígena em ritual no auditório da Reitoria

MANIFESTO dos EX-REITORES da Universidade Federal de Minas Gerais*

Os abaixo-assinados, ex-reitores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vêm a público manifestar sua indignação perante os ataques de diferentes naturezas de que são alvo as universidades públicas federais brasileiras, entre elas a UFMG.

Membros do governo e várias redes sociais estão, há algum tempo e com crescente intensidade, divulgando imagens e acusações, algumas pontuais e outras genéricas e infundadas, visando macular instituições que constituem um patrimônio do país, construído durante décadas com a contribuição de várias gerações de brasileiros e brasileiras. Somam-se a isso violações constantes do preceito constitucional que garante a autonomia universitária.

As universidades públicas respondem pela quase totalidade da pesquisa brasileira e por mais de 80% dos cursos de mestrado e doutorado do país. Formaram ao longo de sua história muitos dos melhores quadros profissionais do país em todos os campos do conhecimento. Para exemplificar, são ex-alunos da UFMG Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade.

O Hospital das Clínicas da UFMG, hospital universitário de ensino, pesquisa e extensão, exclusivo para atendimento pelo SUS, é o único em Minas Gerais que garante, para esse sistema, a oferta de procedimentos de alta complexidade, como transplantes, e mantém um centro de telessaúde, que atende de vários municípios mineiros. O Hospital Risoleta Tolentino Neves, desde sua implantação pela UFMG em 2006, também com atendimento exclusivo pelo SUS, tornou-se elemento indispensável à rede do Estado de Minas Gerais e Região Metropolitana.

No campo da pesquisa, fundamental para o avanço do conhecimento, a UFMG possui, entre as universidades brasileiras, o maior número de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Intele-

tual (INPI) e no World Intellectual Property (WIPO). A insulina humana recombinante para o combate ao *diabetes mellitus* e a vacina contra a leishmaniose são apenas dois exemplos de pesquisas desenvolvidas na UFMG que trazem enormes benefícios para a população brasileira.

A extensão universitária saiu de seus limites geográficos e implantou programas de alto impacto social, contribuindo, de forma decisiva, para a solução de graves problemas da sociedade brasileira, especialmente nas regiões mais carentes. Um exemplo é o programa Participa UFMG, que atua na reconstrução de Mariana e Brumadinho.

Pela avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), vinculado ao MEC, a graduação da UFMG é classificada com a nota máxima (5). Entre seus cursos de pós-graduação, 66% estão avaliados pela Capes em nível de excelência. Nos rankings de universidades, a UFMG também se destaca. Foi classificada, pelo Ranking de Universidades Folha (RUF), em primeiro lugar, na dimensão ensino, e em terceiro lugar no âmbito geral no Brasil. Pelo Times Higher Education (THE), a UFMG está classificada entre as 10 melhores instituições de ensino superior da América Latina e entre as 300 melhores do mundo.

Esse é o patrimônio que vem sendo desrespeitado e maculado, seja pela má-fé daqueles que desejam destruir as universidades públicas, seja pelo desconhecimento dos que acreditam facilmente em qualquer informação divulgada sem nenhuma comprovação. Esse tipo de notícia certamente visa criar condições para o desmonte do parque universitário público, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento do país.

Aos ataques contra dirigentes e membros da comunidade universitária somam-se os sucessivos cortes orçamentários, que assumiram recentemente uma proporção tal que inviabilizará o funcionamento das

universidades, comprometendo a formação de recursos humanos e interrompendo de forma irreparável projetos de pesquisa em andamento, vitais para o futuro da economia e da sociedade brasileiras.

Como se não bastasse esse desmonte, as agressões contra as universidades e seus membros ultrapassaram todos os limites da civilidade e da convivência democrática e respeitosa. Palavras ofensivas e atitudes inaceitáveis são usadas contra dirigentes, professores, servidores e estudantes. Áreas importantes como as humanidades, relevantes e imprescindíveis para a formação crítica e cidadã, são desvalorizadas em falas dos principais dirigentes do país.

Reconhecemos a grave situação econômica em que se encontra o Brasil. Mas é sabido que, em épocas de crise, é necessário garantir que sejam preservados os investimentos portadores de futuro, que promovem o desenvolvimento da nação.

Como ex-reitores, sabemos que, por mais competente e eficiente que seja a gestão da UFMG, não há como assimilar os cortes orçamentários atuais sem gravíssimos prejuízos ao ensino, à pesquisa e à extensão. As consequências serão imensas para o futuro de Minas Gerais e do Brasil.

Por isso, conclamamos a sociedade de Minas Gerais e do país, assim como nossos parlamentares, a se juntarem a nós e à comunidade da UFMG em defesa desta Instituição que nos foi legada pelos que nos antecederam e que devemos preservar para as próximas gerações.

*Documento elaborado por Tomaz Aroldo da Mota Santos (gestão 1994-1998), Francisco César Sá Barreto (gestão 1998-2002), Ana Lúcia Almeida Gazzola (gestão 2002-2006), Ronaldo Tadêu Pena (gestão 2006-2010), Clélio Campolina Diniz (gestão 2010-2014) e Jaime Arturo Ramírez (gestão 2014-2018). Publicado originalmente no Portal UFMG em 6/6/2019

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou endereço eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

CIÊNCIA na RODA

Projeto UFMG Talks, em parceria com o CCBB, promove encontros mensais entre cientistas e público; objetivo é mostrar impacto social das pesquisas

Itamar Rigueira Jr.

Física quântica, vacinas, neurociência, criminalidade, arte, manifestações culturais, inteligência artificial. A produção científica da UFMG, nos mais variados campos, será assunto de conversas com o público de Belo Horizonte, a partir desta semana. A Universidade e o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) inauguram, nesta segunda-feira, 10 de junho, o projeto UFMG Talks. Uma vez por mês, com entrada franca, pesquisadores farão breves apresentações, em linguagem acessível, com destaque para as contribuições realizadas pela UFMG, seguidas de trocas com a plateia.

A primeira edição vai reunir a professora Sandra Regina Goulart Almeida, da Faculdade de Letras e atual reitora da UFMG, e o professor Sergio Danilo Pena, do Instituto de Ciências Biológicas. Sob as perspectivas da literatura e da genética, eles vão abordar o tema *Quem somos nós, os brasileiros?*

O objetivo do UFMG Talks é ampliar o acesso da sociedade aos temas estudados na academia e explicar os benefícios sociais das pesquisas. Segundo o pró-reitor de Pesquisa, Mario Montenegro Campos, é fundamental que que cada vez mais a Universidade dê ampla divulgação de sua produção científica e acadêmica e dos impactos em áreas como saúde, nanotecnologia, economia e segurança pública. "Sobre as vacinas, por exemplo, conversar com o público significa explicar o que são e como são desenvolvidas e o que já foi feito em nossos laboratórios,

mostrando projetos, patentes e perspectivas", ele diz.

Os temas são definidos por grupo de professores de áreas distintas, levando em consideração o amplo interesse e a possibilidade de abordar objetos de estudo sob ângulos variados. Cada encontro será conduzido por dois pesquisadores, com participação eventual de convidados de outras instituições. A iniciativa da UFMG foi selecionada em edital do CCBB sob a rubrica *Idéias*. O Centro vai ceder espaço e infraestrutura para os eventos

A segunda edição do UFMG Talks será em 10 de julho. Os professores Ado Jorio e Silvia Guatimosim vão mostrar como pesquisas da UFMG nas áreas da física e bioquímica estão inovando no uso da nanotecnologia. No dia 5 de agosto, os professores Nívio Ziviani, do DCC, e Eduardo Albuquerque, da Face, vão falar sobre inteligência artificial.

Trajetórias

Sandra Regina Goulart Almeida é graduada pela UFMG, mestre e doutora pela Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (EUA). Atua nas áreas de Literatura Comparada e Literaturas de Língua Inglesa, e tem-se dedicado principalmente aos temas literatura contemporânea, literatura pós-colonial, tradução cultural, literatura produzida por mulheres, crítica feminista, estudos da diáspora



Detalhe do CCBB, em BH, palco das atividades do UFMG Talks

e do espaço na literatura contemporânea.

Sérgio Danilo Junho Pena é graduado pela Faculdade de Medicina da UFMG e doutor pela Universidade de Manitoba (Canadá). Coordena o Laboratório de Genômica Clínica da Faculdade de Medicina e também é diretor científico do Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais (Gene) e da Gene-Genealógica Central de GenoTipagem de Animais. Sua atuação tem ênfase em genética humana: diversidade genômica e evolução humana, formação e estrutura da população brasileira.

O evento terá início às 19h, com distribuição de senhas a partir das 18h. O projeto é coordenado, na UFMG, em parceria da Pró-reitoria de Pesquisa com o Centro de Comunicação (Cedecom).

CASA NOVA

Pós-graduação da Física ganha ambiente de 557 metros quadrados

Após-graduação em Física da UFMG passa a contar com novo espaço de 557 metros quadrados, no terceiro andar do Instituto de Ciências Exatas (ICEX). São 13 gabinetes, com assentos para 76 alunos, uma sala de informática de alta performance, com 13 estações de trabalho, uma sala técnica, espaços para coordenação, grupos de discussão, secretaria e copa.

Com a criação do Setor de Pós-graduação Professora Maria Carolina Nemes, cerca de 350 metros quadrados ocupados anteriormente pelo segmento, no terceiro e quarto andares do edifício do Instituto de Ciências Exatas (ICEX), estão sendo liberados, em áreas contíguas a laboratórios de pesquisa. Esses espaços serão destinados à implantação de laboratórios multiusuários. "O

objetivo com as novas instalações é fortalecer o desenvolvimento das atividades dos pós-graduandos, por meio de condições de trabalho mais adequadas", afirma o professor Roberto Moreira, que coordenou o projeto.

Apoio

A realocação foi possível graças ao apoio da Finep, por meio do programa CT-Infra, à implantação do Centro de Caracterização Estrutural de Nanomateriais. A obra contou com parceria da UFMG, que cedeu a mão-de-obra. A economia gerada foi revertida na aquisição de mobiliário e instalação de brise-soleil.

A criação dos novos espaços para pós-graduação e laboratórios envolveu esforços dos departamentos de Planejamento e Pro-

jetos (DPP) e de Manutenção e Operação da Infraestrutura (Demai), ambos vinculados à Pró-reitoria de Administração (PRA).

O novo espaço homenageia a professora Maria Carolina Nemes, que morreu em dezembro de 2013. Mestre e doutora pela USP, ela ingressou na UFMG em 1991 e teve atuação de destaque em teoria quântica de campos. Era membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Com notável produção científica, orientou 54 dissertações de mestrado e 41 teses de doutorado.

O Programa de Pós-graduação em Física formou 623 mestres (desde 1966) e 357 doutores (desde 1974). Conta atualmente com 60 docentes e 142 alunos, e é avaliado pela Capes com conceito 7.

Mais uma PORTA ABERTA

Indígenas começam a ingressar na pós-graduação da UFMG para investigar temas de interesse de suas comunidades

Ana Rita Araújo

Objetos de estudos antropológicos desde o século 19, os povos indígenas começam a desempenhar papel de sujeitos em pesquisas nas universidades brasileiras. Na UFMG, sete indígenas – procedentes de Minas Gerais, da Bahia e da Amazônia – ingressaram neste semestre letivo como alunos de mestrado e doutorado, para investigar temas como currículo e matrizes culturais, infância e cultura pataxó e o fazer epistemológico dos povos Xakriabá e Wai Wai.

“A UFMG nos recebeu muito bem, primeiramente em cursos de graduação, há mais de dez anos. Hoje já temos um pé aqui dentro, o que nos ajuda a abrir mais portas para a defesa de direitos. Isso é fundamental, porque vivemos tempos sombrios”, comenta Kanátyo Pataxoop, liderança da aldeia Muã Mimatxi, localizada em Itapecerica, Minas Gerais.

O líder destaca que a abertura de vagas específicas para indígenas viabiliza o diálogo intercultural e a troca de conhecimentos. “Sabemos que a história é mal contada, e os povos indígenas trazem essa história que não é conhecida. É muito importante que a UFMG passe a ter um arquivo histórico e uma memória sobre as culturas indígenas”, argumenta Kanátyo.

Todos os programas de pós-graduação da UFMG passaram a publicar, neste se-

mestre, editais suplementares para atender à resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para inclusão de pessoas negras, indígenas e com deficiência na pós-graduação *stricto sensu*. No Programa de Pós-graduação em Antropologia, os editais suplementares para indígenas começaram a ser lançados em 2017.

De acordo com a Resolução, para o acesso de candidatos indígenas, serão publicados, anualmente, editais específicos com a oferta de, no mínimo, uma vaga suplementar em cada curso de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado. Consideram-se indígenas os candidatos assim autodeclarados, que apresentarem documentos sobre sua condição de pertencimento étnico, assinados por lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, e declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai), atestando que eles residem em comunidades indígenas.

Atualmente, há um indígena no doutorado e quatro no mestrado em Antropologia, um no mestrado em Arqueologia e três no mestrado em Educação.

De acordo com a reitora Sandra Regina Goulart Almeida, o ingresso de indígenas na pós-graduação amplia movimento de inclusão desses povos na UFMG, que já é feito pela Formação Intercultural de Educadores Indígenas (Fiei), da Faculdade de Educação, e pelo programa de vagas suplementares, ambos no âmbito da graduação. “A UFMG é uma instituição assentada na diversidade, e temos o compromisso de incluir outros sujeitos”, diz ela. Para a reitora, esse processo também é fundamental para o enriquecimento da própria Universidade, uma vez que os indígenas trazem um tipo de saber diferente do que se produz aqui.

Pioneirismo

Orientador de pesquisadores indígenas no Programa de Pós-graduação em Antropologia, o professor Ruben Caixeta afirma que a UFMG foi pioneira ao criar cursos de graduação para povos indígenas, “com resultados muito importantes nessa área”, e é uma das primeiras a ter essa política de inclusão na pós-graduação.

Em sua opinião, a iniciativa é relevante para outras áreas além da antropologia, que hoje opera com conceitos como pacto etnográfico e pesquisa etnográfica aplicada, que

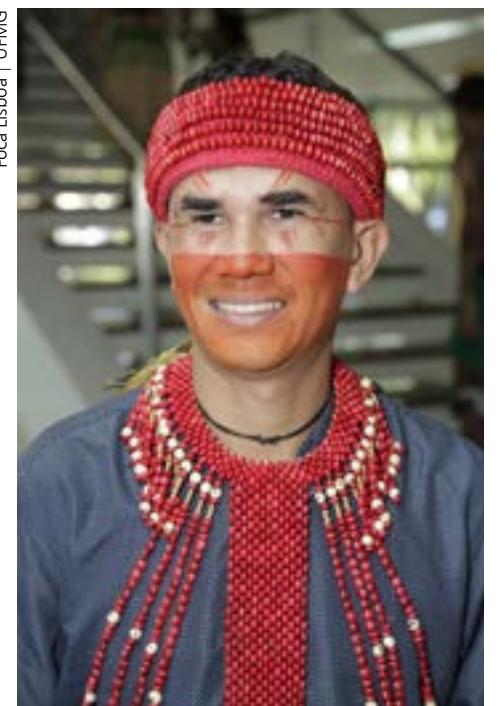


Célia Xakriabá: descolonizar o pensamento

pressupõem o trabalho compartilhado entre o pesquisador não indígena e o indígena. “Se na antropologia isso é essencial, por causa da produção de um tipo de saber baseado no conhecimento tradicional, diversas outras áreas acadêmicas, como biologia, linguística, letras, educação e direito, também se beneficiam da presença de pesquisadores indígenas”, sustenta.

Para Caixeta, o conhecimento que essas populações têm sobre o meio em que vivem representa uma grande contribuição para a universidade, tanto no sentido epistemológico, do que é o saber e de como ele é adquirido e transmitido, quanto do ponto de vista do conhecimento específico sobre uma região, uma comunidade, uma população ou uma língua. “Ainda temos hoje, no Brasil, aproximadamente 200 línguas indígenas, muitas delas praticamente desconhecidas”, exemplifica.

O professor cita também o exemplo de mestres e doutores indígenas recém-formados pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que já estão atuando na interface entre antropologia e direito, como Tonico Benites e Eloy Terena. Eles desempenham papel-chave na consolidação, implementação e acompanhamento da legislação, em questões como a permanência na terra. “A formação dessas pessoas na universidade é muito valiosa em muitas áreas”, reforça Ruben Caixeta, que destaca ainda que,



Alessandro Pataxó: quebrando barreiras

além de trazer para a UFMG outras formas de manifestação da experiência humana, a inclusão é também uma contribuição da Universidade para a visibilidade das lutas políticas protagonizadas por esses povos.

Lutar para não ser a última

Primeira mulher indígena a ingressar em um curso de doutorado na UFMG, Celia Xakriabá diz que isso não a torna mais importante, mas a faz “ter responsabilidade redobrada de lutar para não ser a última”. Ela leva perguntas para a pós-graduação em antropologia e para o sistema público de educação superior. Especificamente em sua pesquisa sobre fortalecimento das epistemologias nativas por meio das vozes dos estudantes indígenas, pretende investigar se as ideias desses estudantes também entram nas universidades, ou se apenas seus corpos são acolhidos.

Além disso, questiona o fato de, em pleno século 21, ser a primeira doutoranda indígena e de não existirem professores indígenas na universidade, embora reconheça a importância da presença dos conhecimentos e dos conhecedores dessas culturas. “Sem diversidade, a ciência não é plural”, afirma Célia, que, em 2013, concluiu licenciatura na UFMG e, em 2018, defendeu dissertação de mestrado na Universidade de Brasília (UnB), na área de concentração Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Vinda de território xakriabá localizado no município mineiro de São João das Missões, na divisa com a Bahia, a doutoranda ressalta que a luta indígena por direitos – como o de vagas específicas nos programas de pós-graduação – não é privilégio, mas reparo de dívida histórica. “Não estamos aqui apenas para estudar, mas também para demarcar lugares com nossos corpos e efetivar uma

política pública. Tentam tirar o nosso direito à universidade, à saúde, à educação diferenciada. Antes de tirar nossas vidas, tentam matar primeiro nossos modos de vida, que é onde está a sustentação da nossa cultura e da nossa identidade”, pondera.

Na opinião de Alessandro Pataxó, mestrande em Antropologia, os povos indígenas sem a sua cultura são “como uma aranha quando passa o vento ou alguém desmancha sua teia, pois ficam vulneráveis a tudo, a outros valores, e acabam mudando e seguindo outro rumo, porque perderam sua casa”.

Célia Xakriabá diz que as pessoas consideram os indígenas como povo do passado, morto. “Cada vez que não consideram esse nosso corpo presente, não é só o governo nem só as políticas públicas que estão nos exterminando. As pessoas também estão, quando reproduzem essa mesma história. É preciso descolonizar o pensamento. E se a colonização começou por nossos pensamentos, a descolonização terá de começar pelos nossos corpos e pelos nossos pés”, afirma.

Para Siwê Pataxoop, que também chegou ao mestrado neste ano, a educação escolar indígena pode fornecer algumas diretrizes até para a educação nacional. “E o fato de estarmos dentro da universidade não significa que vamos absorver tudo, mas vamos levar o que for interessante para o nosso movimento, para a nossa vida diária e para construirmos uma educação com sustentabilidade e maior força. Isso é também uma forma de descolonizar o conhecimento”, afirma.

Voz do chamado

Para conciliar o trabalho como professores indígenas na aldeia Muã Mimatxi, em Itapecerica, e as aulas no mestrado em Educação, no campus Pampulha, Siwê Pataxoop e seu irmão Saniwê vêm a Belo Horizonte todas as semanas. Custiam do próprio bolso cada viagem de mais de três horas, para assistir aulas, às quartas e quintas-feiras, e ficam hospedados na casa de amigos. “Não recebemos bolsa, porque temos trabalho”, explica Saniwê, que concluiu em 2016 a licenciatura em Línguas, Artes e Literatura. “É muita luta”, resume.

Siwê, que atua na aldeia desde 2005 como professor de matemática e fez graduação na UFMG de 2006 a 2011, antes da implementação do curso regular, afirma que gostaria de se dedicar integralmente ao mestrado, mas também não conseguiu bolsa. Apesar

das dificuldades, ele considera necessário “ouvir a voz do chamado”, que é interna e também vem do seu povo, para buscar “outras aberturas de luta e de vida”.

Para ele, o mestrado não é simplesmente uma formação, mas uma conquista de espaço e de respeito aos povos indígenas. “Esse é o chamado, quando na vida cotidiana a gente sente falta de alguma coisa. E a educação escolar indígena sempre quer alguma coisa a mais dos seus professores, das suas lideranças, da sua comunidade. Ela nunca é parada no tempo, é igual ao clima e à vida, sempre se remolda, nesse ciclo de vida, da natureza e da sociedade”, define.

Desde o início deste ano, Alessandro Pataxó deixou a aldeia Barra Velha, no território do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, no Sul da Bahia, para cursar mestrado em Antropologia na UFMG. “A primeira dificuldade é deixar a família. E há outras, como a alimentação, que é diferente, e os problemas financeiros, porque, com a bolsa, preciso me manter, pagar hospedagem e alimentação. Mas estamos aqui também para quebrar essas barreiras, para que possam vir outros colegas”, diz.

Para grande parte desses estudantes, as barreiras incluem a dificuldade com a língua portuguesa e com a forma de vida em ambientes urbanos, nos quais se sentem como estrangeiros. “Dois dos nossos alunos do mestrado vieram de aldeias no Norte do Pará e aprenderam a língua portuguesa aos 19 anos de idade”, comenta o professor Ruben Caixeta.

É o caso de Roque Yaxikma Wai Wai, de 26 anos, que concluiu graduação na Universidade Federal do Oeste do Pará, sediada na cidade de Santarém, e é oriundo de território no norte do estado, na divisa com Roraima. Além da saudade dos pais e irmãos, com os quais não pode se comunicar facilmente por não terem acesso a celular, Roque ainda não tem desenvoltura para falar e entender a língua portuguesa.



Os irmãos Siwê e Saniwê Pataxoop: conquista de espaço e de respeito



Kanátyo Pataxoop: arquivo histórico



LONGO CAMINHO a percorrer

Inclusão exige ações centradas na permanência

Sub-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia, a professora Andréa Zhouri afirma que a adoção de editais suplementares com vagas para os indígenas é extremamente positiva, mas ainda há muito a ser conquistado. "Estamos no processo, já conseguimos uma política de inserção, o que é um grande avanço. Contudo, ainda precisamos viabilizar a inclusão de fato, o que exige ações centradas na permanência. A bolsa, direcionada prioritariamente para esses alunos por programas como o nosso, é importante, mas insuficiente", analisa.

Em sua opinião, falta uma política de acolhimento, que transcenda a questão



Ruben Caixeta: além da antropologia

logística, e que deve ser construída em diálogo com os estudantes indígenas. "Há uma imensa diversidade cultural que traz muitas contribuições para a Universidade. Mas o ambiente urbano é completamente estranho à cultura deles, e não somente porque falam outras línguas. A inserção deles é muito difícil nesse mundo novo. A moradia é um exemplo: em um apartamento eles se sentem confinados", diz a professora.

Além de pensar como a Universidade pode construir um espaço adequado às necessidades desse grupo étnico, é necessário adotar formas de acolhimento também no aspecto epistêmico e pedagógico, afirma Andréa Zhouri. "Esses estudantes têm forte compromisso com seus povos, prezam muito a oportunidade de estar aqui na UFMG e desejam aproveitar ao máximo as possibilidades que o nosso programa tem a oferecer. Mas temos que avançar, para propiciar a eles uma permanência de qualidade", enfatiza.

A pró-reitora adjunta de Pós-graduação, Sílvia Alencar, relata que está em curso uma discussão com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump), para definição de critérios específicos de análise socioeconômica desse público. "Os critérios atualmente usados, que orientam parâmetros para concessão de diferentes níveis de assistência, foram criados para alunos de graduação."

"Aqui tem muita coisa diferente, como a alimentação e os costumes, mas vim para tão longe de casa, contra a vontade dos meus pais, porque quero ajudar meu povo", conta Roque Yaxikma Wai Wai, que elogia a iniciativa da UFMG de aderir ao programa de adoção de cotas para indígenas e quilombolas. "Com isso, estou aqui, e tenho muita coisa para compartilhar", acrescenta o estudante, que tem como tema de pesquisa *Uma etnografia: instrumentos Wai Wai*.

Célia Xakriabá afirma que é preciso repensar as formas de apoiar esse corpo indígena que chega às universidades: "Há pessoas que falam que é privilégio entrar por cota indígena, mas temos dito que o processo de colonização não foi privilégio".

As comunidades e lideranças indígenas têm reivindicado, por exemplo, moradia estudantil exclusiva.

Assistência

Mesmo sem considerar o contingenciamento de recursos e o corte de bolsas que ameaçam os estudantes atuais e futuros, os estudantes de pós-graduação já não são contemplados por vários programas de assistência da UFMG. Por isso, os indígenas que entram por meio de editais suplementares não têm acesso a moradia estudantil e a preços subsidiados nos restaurantes universitários.

A pró-reitora adjunta de Pós-graduação, Sílvia Alencar, relata que está em curso uma discussão com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump), para definição de critérios específicos de análise socioeconômica desse público. "Os critérios atualmente usados, que orientam parâmetros para concessão de diferentes níveis de assistência, foram criados para alunos de graduação."

Segundo ela, a classificação é usada, por exemplo, por programas de pós-graduação na pontuação para distribuição de bolsas. "O ideal seria que todos os que estão na pós-graduação tivessem bolsa para se dedicarem integralmente aos estudos. Além disso, é preciso encontrar meios para que esses alunos tenham refeições subsidiadas e vagas na moradia. Mas tudo depende de recursos, o que é mais grave nesse momento de cortes", pondera. Para ela, a diversidade de culturas e saberes na pós-graduação é essencial para o ambiente universitário, e a UFMG incentiva o acesso a populações diversas. "O grande desafio está na manutenção desse público na instituição", conclui a pró-reitora.

Acontece

LIDERANÇA JOVEM

O estudante de Medicina da UFMG Louison Mbombo foi incluído, pela União Europeia (UE), em lista dos 15 jovens líderes mais influentes do mundo em 2019. Ele vai participar do European Development Days, congresso que será realizado em 18 e 19 de junho, em Bruxelas, capital da Bélgica e sede da UE. Nele, serão discutidos os desafios impostos pelas desigualdades na saúde e na educação.

Louison, 23 anos, apresentará a experiência da ONG Solidariedade Na Mokili, fundada por ele em 2015, que já tratou 30 mil pessoas com malária na República Democrática do Congo e beneficiou mais de 10 milhões de pessoas.

O estudante foi escolhido entre 404 candidatos de 99 países para compartilhar suas habilidades, experiências e contribuições com chefes de Estado, diplomatas e acadêmicos, entre outros representantes.

BACIAS HIDROGRÁFICAS

O resultado de dez anos de pesquisa no desenvolvimento de índices de qualidade ambiental de bacias hidrográficas está sistematizado no livro *Bases conceituais para conservação e manejo de bacias hidrográficas*, lançado no último dia 5. O livro é resultado da parceria firmada entre UFMG, Cemig, Universidade Federal de Lavras e PUC Minas

No volume, são descritas as conclusões dos trabalhos desenvolvidos pelas universidades em regiões de bacias hidrográficas nas quais a Cemig mantém atividades, assim como a influência desses diagnósticos para uma gestão mais sustentável.

O livro está disponível no portal do Programa Peixe Vivo: <https://bit.ly/2JUH1q5>.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTE

O doutorando em Direito Lucas Jerônimo da Silva, pesquisador do Programa de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça (Recaj), da Faculdade de Direito, ministrará, no dia 18 de junho, a palestra *Comunicação não violenta*. Sua proposta é debater a aplicação desse conceito no cotidiano dos ambientes de trabalho.

Jerônimo concentrará sua fala nos quatro passos da comunicação não violenta, que visam aprimorar as relações interpessoais do dia a dia. A palestra começa às 9h, no CAD 2, e é aberta a docentes e servidores técnico-administrativos efetivos da UFMG.

A atividade integra as ações do Plano Anual de Capacitação (PAC), desenvolvido pela Pró-reitoria de Recursos Humanos e executado pela equipe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), do Departamento de Recursos Humanos (DRH).



Cerimônia reuniu deputados, dirigentes e coordenadores dos projetos na antessala de sessões

PARLAMENTARES HOMENAGEADOS

Nove deputados federais da bancada mineira foram homenageados no último 3 pela UFMG por terem destinado recursos a projetos institucionais e acadêmicos. Eles designaram, em 2018, emendas individuais que totalizaram R\$ 3,7 milhões, além de uma emenda de bancada de R\$ 1,3 milhão. Os recursos foram incluídos no orçamento deste ano.

A homenagem foi realizada na antessala de sessões do prédio da Reitoria, e cada parlamentar recebeu uma placa de prata das mãos da reitora Sandra Regina Goulart Almeida. "Os recursos que recebemos das emendas foram imprescindíveis para a UFMG fechar o ano de 2018 sem nenhuma dívida", disse a reitora.

Seis parlamentares participaram da cerimônia: Domingos Sávio (PSDB), Fábio Ramalho (PMDB), Reginaldo Lopes (PT), Jô Moraes (PCdoB), Margarida Salomão (PT) e Patrus Ananias (PT). Os deputados Adelmo Leão (PT), Saraiva Felipe (PMDB) e Eros Biodini (Pros) não puderam comparecer, mas também contribuíram com emendas.

REDUÇÃO DA SUPERLOTAÇÃO NO HC

Menos pacientes nos corredores. Esse é o cenário observado na unidade de urgência e emergência do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh, que reduziu em 62% o indicador Nedcos (sigla em inglês para Escala de Superlotação do Departamento Nacional de Emergência). O tempo de permanência do paciente internado no pronto-socorro foi reduzido em 19%, e a média de permanência dos leitos de retaguarda diminuiu 22,5%.

Esses números são resultado da adoção, nos últimos seis meses, da metodologia Lean, que busca reduzir a superlotação nas urgências e emergências de hospitais públicos e filantrópicos. O HC é o 39º hospital brasileiro a empregar o método.

CARRO ADAPTADO

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Nai) passou a oferecer serviço de transporte adaptado que atende exclusivamente pessoas com deficiência e que apresentam dificuldade de se locomover entre os prédios do campus Pampulha.

O veículo dispõe de elevador que transporta cadeiras de rodas e scooters. Segundo a diretora do Nai, Adriana Valladão, o serviço também pode ser solicitado por docentes que programem trabalhos de campo com seus alunos. Normalmente, essas viagens são realizadas em ônibus sem adaptação para pessoas com deficiência.

Para solicitar o carro, interessados devem entrar em contato com o Nai pelo telefone (31) 3409-3927. Vídeo da TV UFMG sobre a novidade pode ser assistido em <https://bit.ly/2WMMc1d>.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A UFMG vai sediar, em julho do próximo ano, o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (Cbeu) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão. O anúncio foi feito durante o 45º Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, realizado na Universidade de Brasília (UnB), no fim de maio.

A Instituição e a Universidade Federal de Alfenas organizarão o evento, que pela primeira vez será promovido com suporte de uma rede de instituições de ensino superior. "Diante do cenário de cortes orçamentários e ataques às universidades públicas, a criação da rede foi proposta pelas próprias instituições, como forma de contornar a falta de recursos e, ao mesmo tempo, reafirmar a importância de ações articuladas para fortalecer o papel da extensão universitária na sociedade", explica a pró-reitora de Extensão da UFMG, Claudia Mayorga.

SERTANEJAS CONECTADAS

Tese da Comunicação identifica articulações entre escrita de si e autonomia nos relatos feitos no Facebook por mulheres do interior do Piauí

Renata Valentim

Espaço de compartilhamento de informações, de interação de sujeitos com comunidades e de performance individual, as redes digitais são palco privilegiado da sociabilidade contemporânea. Mas, no contexto brasileiro, em que não há uma consolidada política de democratização do acesso aos meios de comunicação e é evidente a assimetria de oferta de serviços básicos, as transformações decorrentes da chegada tardia da internet em regiões marginalizadas do país causam forte impacto no cotidiano dessas comunidades.

Sob a perspectiva interseccional, ou seja, que contempla sistemas relacionados de dominação ou discriminação, a tese da pesquisadora Tamires Coêlho, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Comunicação, buscou compreender e analisar a exposição e os relatos elaborados por sertanejas do Piauí no Facebook, por meio da análise da escrita de si, feita por mulheres que vivem na região do município de Guaribas, no Sudoeste do estado.

As informações coletadas dos perfis dessas mulheres somam-se outras apuradas em entrevistas com as sertanejas, durante três visitas à cidade, em 2014, 2015 e 2017. Além das desigualdades de gênero descritas pelas mulheres em seus relatos *on-line*, a pesquisa também evidenciou peculiaridades do cotidiano no sertão piauiense e seu reflexo na escrita numa rede social de amplo alcance como o Facebook. Também demonstrou o impacto da chegada abrupta de diversos meios de comunicação, graças à expansão da distribuição da energia elétrica, no período em que o projeto da tese foi iniciado, entre 2011 e 2013. Para a análise do material reunido, foram empregadas a netnografia, a teoria fundamentada e a análise tecnodiscursiva.

Para a pesquisadora, nascida em Pernambuco e descendente de famílias do sertão do Piauí, a escolha do lugar está relacionada a

aspectos biográficos e, numa perspectiva política, faz parte da tese desde a sua idealização. “Pensar fenômenos e sujeitos comunicantes no sertão do Nordeste brasileiro parte de ausências (de dados e de pesquisas anteriores acerca do acesso a novas tecnologias e redes sociais) e das dificuldades em pesquisar essa região em termos logísticos”, afirma. Segundo ela, foi a partir daí que aproveitou a inserção em um programa de pós-graduação do Sudeste para conciliar dois interesses que a mobilizavam para ajudar a diminuir essas ausências: as relações de gênero e os fenômenos comunicacionais no Sertão.

A tese faz uma proposição alternativa ao conceito de autonomia, partindo de uma relação entre capacidades, escolhas, possibilidades e habilidades. Também envolve os afetos, a ressignificação de vulnerabilidades e o reconhecimento do lugar de fala das mulheres guaribanas em escritas marcadas por atravessamentos de poder. “Existir digitalmente já nos direciona para movimentos de autonomia e resistência ligados ao falar de si (narrar-se), exprimir desejos, interagir e se autorrepresentar. Não se trata apenas de uma questão de aparecer na rede da mesma forma como todo mundo aparece, mas também de a rede social se configurar como símbolo das possibilidades de as sertanejas se configurarem como interlocutoras”, afirma Tamires.

A pesquisa também destaca aspectos que ultrapassam o estigma da dominação,



Arquivo Pessoal

Tamires na Serra das Confusões, com a cidade de Guaribas ao fundo

das violências que permeiam o cotidiano, dos estereótipos e dos enquadramentos institucionais. Opressões de gênero se expandem ao se relacionarem, entre outros elementos, com um padrão de beleza socialmente construído, com características raciais, com problemas de origem patriarcal que atingem mulheres de diferentes classes e com contextos rurais e religiosos. “Da relação entre autonomia e escrita de si não resulta um processo de resistência e consciência permanente sobre as opressões, mas essa relação faz nascer nas mulheres um conhecimento de si mesmas e de novas competências, na seleção do que é ação ou não em sua autorrepresentação”, diz a pesquisadora Tamires Coêlho.

Tese: *Sertanejas conectadas: autonomia e escrita de si de mulheres do sertão do Piauí no Facebook*

Autora: Tamires Ferreira Coêlho

Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques

Defesa: 2018, no Programa de Pós-graduação em Comunicação